



# BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

[www.cddmoz.org](http://www.cddmoz.org)

Terça - feira, 04 de Fevereiro de 2025 | Ano V, n.º 385 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

ABERTURA DO ANO JUDICIAL

## Os Desafios da Justiça Moçambicana Face às Vítimas da Repressão Policial no Período Pós-Eleitoral

- Tem lugar hoje, terça-feira, 4 de Fevereiro, a cerimónia de abertura do Ano Judicial, sob o lema: "50 anos Construindo o Poder Judicial: Nova Era, Novos Desafios". Este evento representa um momento de reflexão sobre os avanços e desafios do sistema de Justiça em Moçambique, uma oportunidade para avaliar o progresso alcançado e as questões não resolvidas que continuam a afectar uma grande parte da população, em especial, as vítimas da repressão policial durante o período pós-eleitoral.



O sistema judicial moçambicano tem sido historicamente elitista, com acesso restrito a uma minoria privilegiada. A falta de literacia jurídica, a elevada burocracia, os custos processuais e a morosidade dos processos contribuem para uma justiça inacessível para a maioria da população. O desequilíbrio entre os cidadãos de diferentes classes sociais é alarmante, com as elites políticas e económicas garantindo acesso rápido e eficaz à justiça, enquanto as camadas mais vulneráveis continuam à margem, sem meios para defender os seus direitos.

O sistema judiciário, pilar da equidade e da cidadania, não protege os mais vulneráveis, como trabalhadores, camponeses e cidadãos vítimas

de abusos das autoridades. A criação de um sistema de apoio jurídico acessível e de programas de literacia jurídica fazem-se urgentes para garantir que os moçambicanos possam verdadeiramente apropriar-se dos seus direitos, sem receios e com autonomia.

Outrossim, o cenário pós-eleitoral é marcado por abusos policiais, sob a fragilidade do sistema de justiça. As denúncias de detenções arbitrárias, violência contra manifestantes pacíficos e até mortes expõem a falta de eficácia na responsabilização dos agentes envolvidos. Este quadro exige uma reflexão urgente sobre a capacidade do sistema judicial de garantir justiça para as vítimas de violência estatal, sem estar a mercê das pressões políticas.

## Desafios da justiça Moçambicana

### 1. Responsabilização dos Agentes do Estado

O princípio da igualdade perante a lei exige que todos os cidadãos sejam tratados de forma justa e equitativa, mas a impunidade continua a ser um grande obstáculo. A morosidade nas investigações e a falta de punição para os abusos policiais são desafios que minam a confiança no sistema judicial e no Estado de Direito. As vítimas de violência policial frequentemente não vêem os responsáveis a ser chamados à responsabilidade.

### 2. Acesso à Justiça pelas Vítimas

As vítimas de abusos policiais enfrentam múltiplos obstáculos para buscar justiça, como a falta de recursos para arcar com custos processuais, o medo de represálias e a ausência de assistência jurídica gratuita de qualidade. A criação de defensorias públicas independentes, isto é, que não se confundem com os interesses políticos e partidários é fundamental para garantir que as vítimas possam aceder à justiça de forma eficaz, sem intimidações ou entraves.

### 3. Combate à Corrupção, Um Imperativo para a Restauração da Confiança na Justiça Moçambicana

A corrupção continua a ser um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento social e económico de Moçambique. Ao longo dos anos, tem corroído

do as instituições do país, minando a confiança pública nas estruturas de governação e no sistema judicial. A justiça moçambicana, em especial, tem enfrentado sérios desafios no combate a este mal que se infiltra em todos os níveis da administração pública e privada. O fenómeno da corrupção não só impede o progresso económico, mas também perpetua a desigualdade e a exclusão social, prejudicando os mais vulneráveis.

Um dos maiores desafios neste campo é a falta de uma resposta rápida e eficaz por parte das instituições judiciais. O sistema tem sido muitas vezes criticado por sua morosidade e por não garantir a devida punição para os envolvidos em escândalos de corrupção. Para que a justiça seja uma verdadeira ferramenta de combate à corrupção, é fundamental que existam mecanismos robustos de investigação e processos mais ágeis, capazes de responsabilizar os culpados de forma eficaz.

Para ultrapassar esses desafios é essencial que a justiça moçambicana demonstre o seu compromisso com a luta contra a corrupção, agindo com celeridade, imparcialidade e eficiência, garantindo que os responsáveis sejam punidos, sem qualquer influência política. Somente assim será possível restaurar a confiança da população no sistema de justiça e garantir que a corrupção não continue a ser um entrave ao desenvolvimento do país.

#### **4. Sequestros e Necessidade de Respostas Eficazes**

Os sequestros, especialmente aqueles de carácter extorsivo, têm sido uma das formas mais cruéis de criminalidade em Moçambique, gerando um clima de medo e insegurança nas comunidades.

A falta de uma resposta ágil e coordenada por parte da polícia e dos tribunais tem contribuído para a proliferação desse tipo de crime. Muitas vezes, as investigações são lentas e ineficazes, devido à falta de recursos, à complexidade dos casos e à dificuldade de localizar e prender os criminosos. A impunidade que frequentemente acompanha esses crimes agrava ainda mais o problema, criando um ciclo vicioso de violência que ameaça a segurança pública e a confiança nas instituições.

O sistema de justiça moçambicano enfrenta, assim, um desafio urgente de esclarecer e responsabilizar os criminosos por sequestros de forma rápida e eficaz. A criação de unidades especializadas em crimes de sequestro, bem como a colaboração mais estreita entre as forças de segurança e o sistema judicial, são fundamentais para garantir que os criminosos sejam levados à justiça e que as vítimas possam contar com uma resposta adequada do sistema de justiça.

#### **5. Esclarecimento da Evasão de Reclusos da Cadeia Central e BO: Um dos Desafios Prementes para a Justiça Moçambicana**

A evasão de reclusos das unidades prisionais, como a Cadeia Central e a BO, representa um dos maiores desafios que a justiça moçambicana enfrenta nos dias actuais após expor uma grave falha no sistema prisional do país, o que colocou em risco a credibilidade das instituições responsáveis pela manutenção da ordem e segurança pública. A fuga de reclusos, especialmente aqueles envolvidos em crimes de maior gravidade, gera um clima de impunidade e desconfiança nas autoridades, comprometendo ainda mais a eficácia do sistema judicial.

O esclarecimento das causas que permitiram tais fugas e a aplicação de soluções práticas são elementos essenciais para restaurar a confiança da população no sistema de justiça e nas suas

instituições.

#### **6. Retirada de Competências sobre Contencioso Eleitoral**

A retirada das competências dos tribunais para arbitrar disputas eleitorais prejudica a confiança nas instituições democráticas. O controlo político sobre as disputas eleitorais enfraquece o papel do judiciário na fiscalização dos processos eleitorais e compromete a transparência e a legitimidade das eleições.

#### **7. Independência do Poder Judicial**

A independência do judiciário é um princípio fundamental, mas a influência política sobre este poder ainda é um grande desafio. A luta pela autonomia financeira do judiciário, busca garantir que os tribunais, por exemplo, possam actuar sem pressões externas, preservando a sua imparcialidade e credibilidade.

Entretanto, esta independência permanece uma conquista ainda inacessível e que constituirá um dos principais desafios a serem enfrentados pelas instituições de justiça moçambicana, sobretudo num período em que se observam cada vez mais as perseguições de vários cidadãos por motivos de natureza política e um interesse cada vez mais crescente de instrumentalização destas instituições como meios de represália política.

#### **8. Reformas Legislativas e Institucionais**

A protecção dos direitos dos cidadãos contra abusos das forças de segurança exige reformas urgentes no quadro legal e institucional. O fortalecimento dos mecanismos de denúncia e a capacitação das forças de segurança são medidas essenciais para combater a violência policial e garantir maior transparência.

A abertura do Ano Judicial deve ser vista como uma oportunidade para reafirmar o compromisso das instituições judiciais na protecção dos direitos fundamentais. Organizações da Sociedade Civil, advogados e defensores dos direitos humanos constantemente clamam pela transparência nas investigações dos casos de violência pós-eleitoral, além de acções concretas para garantir que o sistema judicial seja um verdadeiro guardião da justiça, contrariando o cená-

rio actual em que o poder político o posiciona como instrumento de repressão.

Em mais um acto de inauguração do novo Ano Judicial, a justiça moçambicana enfrenta um momento decisivo que coincide com a inauguração de um novo governo. A forma como o sistema

judicial responderá aos abusos cometidos no período pós-eleitoral e aos recorrentes crimes de corrupção e sequestros, determinará a sua credibilidade, mas também evidenciará o real compromisso do Estado paom a democracia e os direitos humanos.



*Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.*

*Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.*

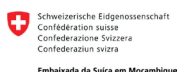
#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** André Mulungo  
**Assistentes do Programa:** Artur Malate; Stella Bié  
**Autor:** CDD  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

